

Justiça define prazo de dois anos para conclusão de demarcação de Terra Indígena dos Tupinambás de Belmonte, no sul da Bahia; CNDH atua intensamente no caso desde 2019

O Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1), determinou hoje (22) que seja concluído, em até dois anos, o processo de demarcação da Terra Indígena dos Tupinambás de Belmonte, no sul da Bahia, atendendo a pedido do Ministério Público Federal (MPF).

A decisão considerou, por unanimidade, que a demora da Fundação Nacional do Índio (Funai) em finalizar a demarcação ao longo de 13 anos é injustificável. Em primeira instância, a Justiça Federal em Eunápolis (BA) entendeu como razoável a demora na tramitação do processo devido ao contingenciamento de recursos dos órgãos federais.

O Conselho Nacional de Direitos Humanos – CNDH tem tido uma atuação intensa no caso com objetivo de impedir a violação de direitos humanos dos indígenas que habitam a região, potencializados com o acirramento de conflitos fundiários na região. Assim, o conselho informou ao TRF1 a situação de extrema violência à comunidade dos Tupinambá de Belmonte, como a morte do filho e o sumiço do enteado da Cacica Cátia, liderança da região, e o incêndio criminoso no Centro Comunitário e Cultural da Aldeia Mãe do Território, a aldeia Patiburi. Devido às inúmeras ameaças contra a vida da cacica, ela foi incluída no Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos.

Em fevereiro de 2019, a cacica Cátia esteve em Reunião Plenária do CNDH denunciando graves ameaças de violência contra o povo Tupinambá. Em abril, o CNDH realizou missão emergencial à região para verificar indícios de criminalização de lideranças indígenas, ameaças de morte e bloqueio para comercialização de produtos. A atuação envolveu cerca de dez entidades que compõem o conselho. Em seguida, o CNDH seguiu atuando no caso, com reuniões, orientação e expedição de ofícios a autoridades.

Na reunião do conselho realizada em dezembro do ano passado, a cacica voltou a comparecer em Plenário, dessa vez para agradecer a atuação do conselho na defesa dos direitos humanos dos povos indígenas do sul da Bahia, destacando os avanços, como a implantação de energia elétrica, que estava embargada há três anos e que se iniciou após uma carta de recomendação do conselho. Também apontou o sucesso na venda do cacau produzido pelo projeto de economia solidária e o acesso a o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

Hoje, a liderança indígena agradeceu a todos os conselheiros que a escutaram e tomaram providências: “A minha primeira visita ao conselho ocorreu em um momento de extrema delicadeza. Um medo enorme de morrer a qualquer momento me levou a bater às portas desse conselho e fui muito bem recebida. Fui ouvida. Hoje compartilho com vocês uma vitória no TRF, com a demarcação do nosso território”, afirmou.

Com informações do Ministério Público Federal.